

Constituinte foi além do que pede o FMI

Juro tabelado em 12% exigirá imediato choque fiscal, com forte impacto recessivo

Brasília — A fixação do teto de 12 por cento ao ano para os juros reais pela Assembleia Nacional Constituinte vai facilitar enormemente o acordo com o Fundo Monetário Internacional e deixar "satisfeitíssimo" o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, ao obrigar o Governo brasileiro a promover colossal ajuste fiscal para fechar as suas contas, afirmou ontem ao **CORREIO BRAZILIENSE** o ex-diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, hoje professor da Universidade de Brasília e consultor da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da Organização das Nações Unidas.

Ao contrário de todas as versões que condenaram a decisão da última quarta-feira, o ex-diretor do Banco Central disse que a Constituinte foi além das propostas mais duras do FMI, ao exigir do Governo brasileiro um autêntico choque fiscal e, possivelmente, à custa da "recessão cavalari" de toda a economia, por um período de dois a três anos. "Se o FMI não apolar a decisão da Constituinte, não entendo mais nada. A proposta da Constituinte, embutida no controle dos juros, é fortíssima, ao deixar para o Executivo a alternativa única do ajuste fiscal imediato. Fora da eliminação do déficit público, só haverá o caos" — afirmou Carlos Eduardo.

Em sua opinião, o controle dos juros vai apenas acabar com o uso equivocado

da política monetária para compensar os desequilíbrios estruturais e permanentes da política fiscal. Como os juros reais de 12 por cento ao ano não permitem ao governo obter o financiamento do seu déficit no mercado — no leilão da última segunda-feira, o Banco Central encontrou dificuldades para colocar Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), a juros reais de 13 por cento ao ano — o ajuste das contas governamentais exigirá, segundo o ex-diretor do Banco Central, um "choque fiscal colossal" para aumentar as receitas e reduzir as despesas, o que provocará forte impacto recessivo.

Carlos Eduardo disse não acreditar que o deputado **Fernando Gasparian (PMDB-SP)**, autor da emenda, e outros 313 constituintes tenham aprovado a limitação dos juros sem pensar na gravidade do ato. "Não seriam irresponsáveis, levianos, de levar o Governo e a economia ao caos. Então, devem saber que o controle dos juros exigirá o ajuste brutal das receitas e despesas do Governo, com o inevitável mergulho da economia na recessão, até o final da década. Em compensação, ao impor o choque fiscal, os 314 constituintes indicaram o caminho para a introdução de uma política econômica séria, capaz de permitir a posterior retomada de um crescimento espetacular".

Pela própria dimensão do efeito do tabelamento

dos juros, o ex-diretor do Banco Central observou que a Constituinte deve introduzir, no segundo turno de votação da Constituição, mecanismos graduais de ajuste para conter o caos nas contas do Governo e na economia. "A Constituinte precisará dar meios ao Governo Federal para o ajuste gradual à nova realidade de não ter fonte de financiamento ao déficit fiscal. Do contrário, o Governo ficará completamente amarrado ou sujeito à tentação de provocar a hiperinflação através da emissão brutal de moedas para cobrir os seus gastos. Os banqueiros também têm razão, ao argumentar que, com o nível elevado do déficit público, o tabelamento dos juros em 12 por cento ao ano determinará a desintermediação financeira, a fuga de capitais e a cobrança de ágio nos empréstimos bancários. Por isso, o controle dos juros deve ocorrer de forma gradual" — disse Carlos Eduardo.

Apesar da ressalva quanto à implementação gradual, o ex-diretor do Banco Central afirmou que não houve loucura alguma na decisão da Constituinte: "A medida precisa ser vista do lado positivo. Como empresário, Gasparian tem a percepção instintiva de que juros baixos é instrumento indispensável para o crescimento econômico. Ninguém pode aceitar a hipótese de crescimento com juros reais de mais de 30 por cento ao ano. O próprio FMI sabe disso e defende o

corte do déficit público para que o Governo deixe de pressionar as taxas de juros".

Ontem, a economista do FMI, Doris Ross, examinou por três horas a situação do déficit público com o chefe do departamento econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues Alves, porém, certamente, ainda não avaliou o impacto que a decisão da Constituinte terá sobre o caixa do Tesouro. Mas Carlos Eduardo não tem dúvidas de que os constituintes, liderados pelos chamados progressistas, facilitaram imensamente o acordo do Governo Sarney com o FMI, nas negociações que começam efetivamente na próxima segunda-feira, com a chegada do chefe da missão do fundo, o chileno Thomas Reichmann.

O ex-diretor do Banco Central lembrou que a austeridade fiscal aprovada pela Constituinte, "mais radical do que tudo o que já foi proposto pelo FMI", torna inviável a meta de 4 por cento para o déficit público deste ano e também a de 2 por cento para 1989, por "ser elevada demais para a capacidade de financiamento do mercado". Mas, ressaltou Carlos Eduardo, se a Constituinte conseguir provocar o ajuste fiscal, sairá vitoriosa, ao estabelecer a privatização da economia, a redução dos juros e o caminho da capitalização das empresas para o crescimento sustentado da economia.



Segundo Carlos Eduardo, a decisão da Constituinte não foi uma loucura

Exigências do Fundo unem os sindicalistas

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — Para dar o aval às contas brasileiras e autorizar os credores do País a concederem novos empréstimos e rolagem da atual dívida externa, o FMI vai exigir a mesma política recessionista aplicada nos tempos do ex-ministro do Planejamento Delfim Netto, que resultou em arrocho salarial e desemprego. Essa é a avaliação unânime das lideranças sindicais de São Paulo, que esquecem suas divergências ideológicas, política e partidárias quando se trata de discutir a volta do FMI ao País, a partir desta segunda-feira.

"Dá até medo em mim quando ouço que o FMI vem oficialmente ao País porque eu sei que ele pode resolver uma série de pro-

blemas mas não vai resolver nossas dificuldades", afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, ligado à CUT. Vicentinho, como é conhecido, defende a posição central da CUT, que é contra qualquer pagamento da dívida externa, "porque sabemos que o dinheiro para isso vai sair da fome do povo brasileiro".

Segundo o sindicalista, não é possível que existam parcelas da sociedade que ainda acreditam na mudança da política do FMI, favorável a um aperto geral para aprovar contas de um país filiado. "A política do FMI é de arrocho salarial, de redução de investimentos e do mercado interno. O que dá como resultado? Arrocho salarial, de-

sempre e crise", afirmou.

COMPROMISSO

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, que defende o sindicalismo de resultados, em oposição às propostas da CUT, no caso do FMI tem opinião idêntica aos seus adversários. "Se eles vierem com a mesma política de 82 e 83 a gente pode ter uma certeza: vem arrocho salarial aí", afirma. Medeiros diz ter informação de que no preparo dessa visita da missão do Fundo ao Brasil o Governo brasileiro se comprometeu a atender algumas metas que só serão alcançadas caso o trabalhador seja penalizado salarialmente. "Eles con-

gelaram a URP do funcionalismo público e agora, pode ter certeza, querem acabar com a URP para todo o mundo. Vamos ver se o presidente José Sarney garante a palavra de que nós teremos a URP", disse.

Para os dirigentes da CUT, porém, o fim da URP como mecanismo salarial está próximo porque faz parte do plano de negociação sobre dívida externa com o FMI e os bancos credores. "A gente tem que forçar o descongelamento da URP, tem que fazer greve por isso. E tem que mostrar que estamos atentos aos que os credores querem fazer com nossa economia", diz o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro dos Santos, membro da executiva nacional da CUT.